

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO – GT DE REVISÃO DO PG 26 E PG27**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e cinco minutos, na sala virtual através de videoconferência - via Microsoft Teams, teve início a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Revisão dos Programas - PG26 e PG27. O Sr. Marcos Sossai, coordenador do Grupo de Trabalho, iniciou o debate dos itens da pauta da reunião aberta, conforme descritos a seguir.

**Informes Gerais**

**Participantes da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Revisão dos Programas - PG26 e PG27**

Cláudio Soares (Renova), Fábio Fonseca (IEF), Felipe Drummond (Renova), Flávia Ramos (Ramboll/MPF), Josemar de Carvalho (Ibama), Junior Loss (CBH-Doce), José Carlos Carvalho (Consultor Técnico), Lívia Almeida (IDAF), Letícia Gomes (Flacso), Luciane Teixeira (Prefeitura de Governador de Valadares), Marcos Sossai (Seama), Miguel Ribon (Seapa), Patrick Hemaidam (IEMA) e Rafael Pompermayer (Renova)

O Sr. Marcos Sossai, coordenador do GT, saudou e agradeceu a presença dos participantes, e em seguida informou a realização de alinhamento entre alguns integrantes no dia anterior, relativo aos pontos de discussão da reunião em curso.

**1) Coordenação: Apresentação do Plano de Trabalho para Revisão dos Programas 26 e 27**

**Discussão**

O Sr. Marcos Sossai, coordenador, apresentou o Plano de Trabalho que será adotada no processo de revisão dos Programas – PG26 e PG27. Destacou os objetivos do Grupo de Trabalho, premissa principal (restaurar 40 mil ha e recuperar 5000 nascentes), pontos de revisão demandados pela Renova, dinâmica e o exemplo do tema relacionado a exclusão do saneamento rural. A Sra. Luciane Teixeira, representante da Prefeitura de Governador Valadares, reforçou que a demanda relacionada ao saneamento rural foi realizada pelo Comitê de Bacias. Concordou com o foco ser direcionado para a restauração e ressaltou que a questão está prevista no programa para os sub-projetos. Destacou a necessidade de seguir as diretrizes definidas pelos comitês conjuntamente com os órgãos ambientais, para ter coerência no trabalho a ser executado, escuta dos comitês para entendimento do interesse e demanda da restauração na Bacia. O Sr. Júnior Loss, representante do CBH-Doce, relatou sua preocupação em participar no grupo sem ter o entendimento das discussões anteriores e solicitou que sejam repassadas as informações pactuadas à época, para subsidiar as decisões de cada ponto de discussão. O Sr. Marcos Sossai destacou a importância do posicionamento de cada instituição e o critério para a decisão, que será dado pela maioria em votação. O Sr. Rafael Pompermayer, representante da Fundação Renova, informou que a respeito das parcerias com as instituições/comitês/estados em relação aos programas é importante que sejam mantidas as portas abertas, mantendo a legitimidade dos trabalhos com efetividade. Em relação ao processo de revisão dos programas, não terá prejuízo nas decisões do passado ou mesmo a atual, considerando o escopo da definição do programa. O Sr. Marcos Sossai destacou a importância do processo de revisão do programa, exemplificando as constantes alterações do Reflorestar, visando melhorias para a exequibilidade das ações.

**2) Fundação Renova: Apresentação das alterações requeridas nos Programas (PG26 e PG27)**

**Discussão**

O Sr. Rafael Pompermayer iniciou a apresentação, destacando os objetivos, versão vigente dos pontos, proposta de revisão, justificativa e os pontos positivos das alterações. No ponto referente ao **CAR – Cadastro Ambiental Rural** requereu a não

Discussão

realização do apoio aos produtores, justificando as motivações (baixo número de produtores sem o CAR, custos, tempo, expertise e gestão) e apresentando os pontos positivos (tempo de dedicação nas atividades do programa no atendimento das metas do TTAC). O Sr. Marcos Sossai reforçou a importância da manifestação em especial dos órgãos que se correlacionam ao tema e tenham impacto nas ações deles, neste caso será o IDAF e IEF. O Sr. Rafael Pompermayer lembrou que a garantia da celeridade do cumprimento do objetivo do programa com eficiência operacional é de responsabilidade dos representantes da Câmara. O Sr. Marcos Sossai solicitou a apresentação dos dados precisos nas próximas reuniões para os pontos que couber as informações, possibilitando análise de valor mais precisa de cada ponto. No item relativo ao **Saneamento Rural** solicitou a não instalação de tecnologias sociais, justificando a alteração (muitas propriedades da bacia possuem fossas, maioria não interfere para os corpos d'água em recuperação e desvio na aplicação do recurso) e exibiu os pontos positivos. O Sr. Cláudio Soares, representante da Fundação Renova, no ponto relacionado ao **ATERA** apresentou a proposta de revisão indica que a equipe de ATO assumirá a assessoria técnica aos proprietários rurais que executarão a implantação e manutenção dos projetos em geral, justificando a alteração (otimização no uso dos recursos através do atendimento sob demanda) e apontando os pontos positivos (otimização no atendimento das atividades e ações estabelecidas no programa). O Sr. Fábio Fonseca, representante do IEF, reforçou a importância da disponibilização da assistência técnica e questionou a alteração e o papel da ATERA e da ATO. O Sr. Marcos Sossai esclareceu as principais alterações, duplicidade do grupo de profissionais para o atendimento aos produtores e manutenção da garantia do acompanhamento nas etapas primordiais. O Sr. Josemar Ramos, representante do Ibama, entende que a ATERA atua como assistente na extensão rural e questionou a capacidade dos técnicos da ATO no atendimento da demanda dos proprietários rurais. O Sr. Felipe Drummond, representante da Fundação Renova, informou que a definição à época pela CT-Flor para a revisão original do programa, foi pela disponibilização da assistência técnica para a regularização ambiental e recuperação das áreas degradadas. Reforçando a escolha da época, por assistência técnica voltada as áreas que estivessem em recuperação. Destacou que a questão foi alvo de ampla discussão e que o Ibama foi um dos órgãos contra a escolha, por entender que a Renova não deveria dar assistência técnica ao produtor rural em áreas que não fossem alvo da restauração florestal. Em relação a substituição pelo ATO, a intenção é ter uma ação voltada para a orientação técnica das melhores práticas ao produtor durante o processo de plantio, sem gastos de horas desnecessárias em assistência. O Sr. Marcos Sossai reforçou que o detalhamento das informações e aprofundamento das discussões ocorrerão no processo de apresentação da proposta de revisão de cada ponto. O Sr. Josemar Ramos, informou que esta é uma questão que o Ibama nunca propôs. A assistência técnica e extensão rural, o próprio nome diz, que se trata de algo voltado para área rural e área de produção. Destacou que existe a Lei de Mata Atlântica, que não permite o plantio de espécies exóticas na área de recuperação florestal. O Ibama nunca se posicionou para utilizar a extensão rural dentro de área de recuperação ambiental. Considerando equívoco, caso tenha sido manifestado por representante do Ibama. Ressaltou que em todos os relatórios elaborados desde o início, trata da questão de assistência técnica rural na área externa da área em que está sendo a recuperação ambiental. A Sra. Luciane Teixeira, representante da Prefeitura de Governador Valadares, informou que a proposta foi realizada pela Fundação Renova com o apoio do Comitê. Solicitou que fosse realizado o detalhamento das duas partes, frente ao que consta na definição do programa, garantindo clareza nas alterações. Solicitou esclarecimentos sobre abrangência e atuação do ATERA (início das atividades, áreas que realizaram os trabalhos e os resultados das ações). Relatou conversas com os produtores rurais, Emater e

Discussão

secretários de meio ambiente de alguns municípios, destacando variações de cenários por localidades. Solicitou esclarecimentos sobre a assistência técnica prestada, por região. Ressaltou que não está fechada sobre a análise relativa à assistência técnica. O Sr. Marcos Sossai destacou a importância da indicação dos itens em que deverão ter um aprofundamento maior nas futuras discussões. O Sr. Rafael Pompermayer esclareceu que não existe apontamento ao órgão (Ibama) e sim a indicação do posicionamento do representante do Ibama na época. No ponto relativo ao **Diagnóstico Rural Participativo – DRP**, requereu como proposta de alteração que as ações de engajamento sejam ofertadas aos produtores que decidirem participar de forma ativa em uma ou mais etapas do processo de recuperação, justificando a nova proposição e apresentando os pontos positivos. Em relação ao item de **Monitoramento Ecológico**, propôs que as campanhas ocorram no 4º e 5º ano, justificando as fundamentações da alteração e apontando os pontos positivos (otimização dos recursos). O Sr. Marcos Sossai destacou que este tipo de alteração sugere o ajuste de caminho, sendo simples o aceite ou não o ajuste de caminho. O Sr. Rafael Pompermayer pediu que os participantes se coloquem no lugar e nas condições que a Renova tem para conduzir. Considerando que quanto fala-se em reduzir uma campanha, significa que não terá uma empresa executando o segundo ano, não será elaborado o relatório de monitoramento ecológico para o segundo ano, não será realizada a gestão de evidências voltada no corpo de monitoramento para o segundo ano e traz a otimização para a operação. Ressaltou que visão que no quarto e sexto ano, estarão focados na manutenção e condução. O Sr. Marcos Sossai corrigiu a fala anterior, considerando que não deve se colocar no papel da Renova, devendo se colocar no papel de quem restaura. Sendo importante, considerar que o modo de operação deve ser o melhor e mais eficiente, independente de quem o faça. O Sr. Rafael Pompermayer concordou com a mudança, destacando a importância de se colocar no lugar de quem restaura. Referente ao **Prazo de Encerramento do Programa**, explicitou a proposição de antecipação no prazo de encerramento dos programas para o ano de 2031 com o aumento nas metas anuais. Justificando a adequação com o encerramento do TTAC e tendo como ponto positivo o encerramento antecipado dos programas. O Sr. Josemar Ramos questionou se 2031 teria o último cercamento e após ocorreria o acompanhamento por mais três anos. O Sr. Felipe de Drummond informou que finalizaria o cercamento aproximadamente em 2027 e terá o acompanhamento do monitoramento ecológico até 2031. Relativo ao item Chave de Intervenção, o Sr. Rafael Pompermayer apresentou a proposta de alteração que consiste na revisão e unificação de conceitos a partir da diversidade de situações das áreas a serem restauradas na Bacia, justificando o ganho em otimização das atividades operacionais e indicando os pontos positivos. O Sr. Marcos Sossai ressaltou que a proposta de mudança, representa um amadurecimento do trabalho realizado em campo, que traz insumos para aperfeiçoar o processo. Destacando a necessidade de utilização do bom senso, fazer a análise de ponto a ponto e ter clareza que algumas alterações são benéficas demonstrando o amadurecimento ao longo do processo. A Sra. Luciane Teixeira questionou como será os acompanhamentos das ações executadas pela Renova, e os tipos de vistorias e acompanhamentos que serão realizados. Ressaltou ter preocupação em relação a garantia deste acompanhamento. O Sr. Felipe de Drummond sugeriu que a CT-Flor faça reuniões em campo após a pandemia, para conhecer as áreas que estão sendo executadas as ações dos programas PG26 e PG27. O Sr. Josemar Ramos esclareceu que a Operação Wattu permanece com as vistorias em campo, tendo prevista uma operação na próxima semana, ela acompanha a calha principal do Rio Doce. O Ibama continua com as operações, criando mais uma fase denominada lara, para o acompanhamento do PG26 que trata da recuperação dos 40 mil ha. A operação Olhos D'água continua em vigor, com previsão de realização no segundo semestre. A primeira operação da Fase lara

**Discussão**

está prevista para a realização no próximo mês. A Fase Juno que trata da área ambiental 1, que está prevista para o segundo semestre. Explicitou as situações (pandemia, orçamento suspenso e alteração da coordenação) ocorridas no ano anterior, que impactaram na realização das operações. O Sr. Marcos Sossai destacou a importância das informações repassadas e a relevância do cumprimento das alterações requerida pela Renova. Ao final será cobrado o produto, passível de punições por descumprimento das obrigações. O Sr. Rafael Pompermayer reforçou que possuem outros instrumentos para a validação das ações e monitoramento, citando a Ernest Young na asseguarção das ações e a Ramboll que realiza campanhas em campo trazendo a devolutiva em formato dos documentos. Tendo estes instrumentos para servir de acompanhamento. Em relação ao item que trata dos **Parâmetros de Entrega do Programa**, a proposta de revisão requer o encerramento quando forem alcançadas a meta do indicador de eficácia 100 e as meta mínimas de indicador de efetividade. Justificando a adequação ao texto do TTAC e apontando como ponto positivo a clareza do objetivo dos programas. No ponto relativo aos **Indicadores**, o Sr. Cláudio Soares, informou que a proposição da revisão adequa alguns dos indicadores para o monitoramento ecológico. O Sr. Marcos Sossai ressaltou que em geral segue a linha de condução do Professor Ricardo Rodrigues. Relativo ao tema que trata da **Desistência de Produtores Rurais**, a proposta trata da desistência dos produtores e o impacto na meta do programa a longo prazo, justificando que não há menção ao tema e tendo como ponto positivo a não penalização da execução do programa. O Sr. Felipe de Drummond exemplificou os tipos de situações possíveis que podem ocorrer e os impactos na área que estavam em processo e deixam de participar. O Sr. Marcos Sossai dentre as possibilidades possíveis de ocorrerem, tem se a necessidade de avaliar caso a caso (indicar o percentual de desistentes), verificação se a conta entra para a Renova e busca por solução. O Sr. Felipe de Drummond indicou que a proposta na definição, faz menção a discussão da CT-Flor com uma deliberação sobre a questão. O Sr. Rafael Pompermayer informou que o GT tem que sair com esta solução. O Sr. Marcos Sossai destacou que este ponto é diferenciado e perpassa a necessidade de ajuste. Tendo ou não o GT, deveriam levar para CT-Flor para as tratativas. A Sra. Luciane Teixeira relatou a preocupação da desistência do produtor rural interligada a assistência técnica. Solicitou que sejam realizadas a pesagem relativa à realidade nos estados e tipo de programa, indicar quantos municípios e propriedades os órgãos (Emater – Incaper) acompanham e as verificar os riscos na redução de horas de assistência técnica em Minas. O Sr. Marcos Sossai ressaltou a importância da assistência técnica e as instruções sobre o uso do recurso, para os produtores rurais. O Sr. Rafael Pompermayer entende ser possível ter auxílio jurídico para tratar a situação. O Sr. Felipe de Drummond esclareceu que caso de substituição do ATERA para o ATO não quer dizer que haja a redução de horas de assistência técnica nos casos em que o produtor realize todas as ações, possibilitando até mesmo mais horas de assistência ao produtor rural a depender do caso. A Sra. Luciane Teixeira questionou se haverá a discriminação detalhado no Termo que o produtor rural irá assinar e solicitou o acompanhamento dos produtores rurais de Governador Valadares. Relatou os casos de trabalhadores rurais que deixaram seus empregos para trabalhar na restauração e a empresa faliu, gerando vários problemas. Ressaltou a necessidade de clareza sobre todos os pontos do Termo a ser assinado. O Sr. Marcos Sossai afirmou que o tema irá gerar bastante discussão, sendo um item complexo requerendo análise jurídica. Sobre o item **Recuperação em UC**, o Sr. Rafael Pompermayer, a proposta visa a realização de análise de viabilidade de execução de parte do programa na restauração florestal em partes destas áreas protegidas, justificando a proposição tendo em vista a maximização dos ganhos ambientais e dos serviços ecossistêmicos, tendo como ponto positivo ganhos ambientais e ganho de escala. O Sr. Marcos Sossai questionou se houve levantamento prévio das áreas. O Sr.

<b>Discussão</b>	<p>Rafael Pompermayer afirmou que foi realizado a nível de potencialidade e informou que poderá apresentar na reunião de discussão do item. Relativo ao item que trata da <b>Junção das Áreas de Atuação do PGS 26 e 27</b>, propõe a ampliação das áreas de atuação do PG26 de modo a se tornar coincidentes às áreas indicadas no PG27, justificando a alteração e apresentando como ponto positivo os ganhos ambientais para a Bacia do Rio Doce. A Sra. Luciane Teixeira lembrou que as indicações de áreas são realizadas pelos Comitês para o PG27, tendo deliberação neste sentido. Questionou quais as áreas terão modificações e sugeriu a ampliação de 40 mil hectares para 80 mil hectares. Sendo bem alinhada todas as informações. O Sr. Marcos Sossai ponderou a necessidade do uso do estudo a favor de uma discussão aprofundada, visando a otimização dos custos que possibilitará o aumento das áreas recuperadas. O Sr. José Carlos, consultor da Renova, destacou que o TTAC trata um mesmo assunto em dois programas, sendo essa a oportunidade de corrigir a questão. Fez suas considerações sobre a proposta e seus benefícios na redução de custo por hectare, possibilitando a geração de mais áreas recuperadas com adoção das melhores práticas de restauração. A Sra. Luciane Teixeira reforçou a base para a escolhas e indicação das áreas, as nascentes sejam feitas a montante de áreas de captação para abastecimento público. Solicitou clareza e detalhamento da proposta. O Sr. Patrick Hemaïdam, representante do IEMA, solicitou envio prévio da documentação possibilitando a análise e a apresentação dos pontos negativos que as mudanças trariam. O Sr. Marcos Sossai afirmou que esta solicitação foi pactuada junto a Renova. Reforçou que caberá discussão detalhada em cada item.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-1-1</b> – Agendamento das próximas reuniões, sendo dia 09/03 e 11/03/2021, às 14h. <b>Responsável:</b> Coordenação do GT de Revisão dos Programas - PG26 e PG27.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-1-2</b> – Definição de Pauta da reunião do dia 09/03/2021: 1) Prazo de Encerramento do Programa e 2) Monitoramento Ecológico. <b>Responsável:</b> Coordenação do GT de Revisão dos Programas - PG26 e PG27.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<p><b>E-1-3</b> – Definição de Pauta da reunião do dia 11/03/2021: 1) ATERA e 2) CAR. <b>Responsável:</b> Coordenação do GT de Revisão dos Programas - PG26 e PG27.</p>

Finalmente, o Sr. Marcus Sossai agradeceu a presença de todos. A 1ª Reunião do Grupo de Trabalho GT de Revisão dos Programas - PG26 e PG27 encerrou-se às doze horas e quinze minutos.

## ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**MARCOS FRANKLIN SOSSAI**  
COORDENADOR DE PROJETOS CP-FG  
SEAMA - SEAMA  
assinado em 28/05/2021 16:04:05 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 28/05/2021 16:04:05 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por MARCOS FRANKLIN SOSSAI (COORDENADOR DE PROJETOS CP-FG - SEAMA - SEAMA)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-NFW4NH>